



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO

03/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO

OBJETO

Aquisição de 1 (um) veículo tipo pick-up, em atendimento a Emenda Parlamentar nº 202339450005.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 116.240,00 (cento e dezesseis mil duzentos e quarenta reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/06/ 2026 às 10:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS.

PREGOEIRA DESIGNADA: **VERÔNICA DA SILVA APOLINARIO**

EQUIPE DE APOIO PREGÃO: **TAYNARA VIEIRA BORDINHÃO**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS.....	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

EDITAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

(Processo Administrativo n.º 3119-2025/SEMAGRI)

ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA ME / EPP / EQUIPARADAS

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de 1 (um) veículo tipo pick-up, em atendimento a Emenda Parlamentar nº 202339450005, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único **ITEM**, conforme tabela constante no **ANEXO III** - Estimativa de custos - Relação de item.

1.3. *A descrição do item objeto desta licitação para elaboração das propostas constam neste edital (termo de referência e relação de itens) e não devem ser confundidas com a descrição genérica constante no sistema LICITANET, pois a descrição do sistema é genérica.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet: (<http://www.licitanet.com.br/>).

Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

2.2.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

2.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

2.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

2.3 **O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução:**
www.licitanet.com.br.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

2.4 O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

2.5 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

2.6 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

2.7 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até à data prevista para recebimento das propostas.

2.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.9 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.10 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.11 O Item, objeto desta contratação é de Ampla Participação, para todos os fornecedores que atenderem aos requisitos do edital, com preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Art. 44, § 2º da Lei Complementar n.º 123/2006.

2.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, Decreto n.º 8.538 de 2015 e Lei Ordinária Municipal nº 2.176 de 25 de abril de 2025.

2.13 Não poderão disputar esta licitação:

2.13.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.13.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.13.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.13.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.13.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato s, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

2.13.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.13.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.13.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.13.9 Organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.13.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da contrato s agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14 O impedimento de que trata o item 2.13.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.15 A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.13.2 e 2.13.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da contrato s, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.16 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.17 O disposto nos itens 2.13.2 e 2.13.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.18 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [lei nº 14.133/2021](#).

2.19 A vedação de que trata o item 2.12.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital – menor preço por item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

3.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.3.1. No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

3.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de cinco décimos por cento (0,5%)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado - **aberto**.

5.12. Para a presente licitação será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do estado ou do distrito federal do órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, A PREGOEIRA poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

5.20.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme o modelo do **ANEXO I MODELO DA PROPOSTA** acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.4.1 **Como documento complementar, será solicitado à Empresa vencedora declaração indicando a rede de Assistência Técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), assistência técnica autorizada e ativa no Estado de Rondônia, garantindo suporte local para eventuais manutenções, reparos, substituições ou atendimentos técnicos durante o período de garantia.**

5.20.4.2 **Os valores da proposta deverão contemplar todas as despesas relativas à entrega do veículo, incluindo obrigatoriamente os custos de emplacamento e licenciamento em nome do Município de Buritis/RO.**

5.20.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.1313 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **SICAF**, para o CNPJ e CPF do sócio majoritário;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. As certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CNPJs, serão substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU** ([Certidões Administração Pública Federal \(tcu.gov.br\)](https://certidoesAdministracaoPublicaFederal.tcu.gov.br)). Além da consulta ao SICAF e TCU CONSOLIDADA, será consultado também o **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP** – da Controladoria Geral do Estado de Rondônia no seguinte sítio eletrônico: <https://transparencia.ro.gov.br/>.

6.3. Serão realizadas consultas do CPF do sócio majoritário, além do **SICAF**, nos seguintes sítios eletrônicos: **CNJ** – Conselho Nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/>, no **TCU** – Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/>, e para as certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos cpfs, será realizada consulta ao sítio da **CGU** – Controladoria Geral da União <https://certidoes.cgu.gov.br/>.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A PREGOEIRA diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, A PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.1. Contiver vícios insanáveis;

6.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.11.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

6.11.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.11.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO II DESTE EDITAL (CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.1.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados via sistema eletrônico (*Licitanet*) podendo ser assinado digitalmente (quando for o caso).

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

7.5. Será verificado se o licitante declarou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.9. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

7.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A PREGOEIRA examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1.1 documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.1.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.1.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.1.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.1.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.1.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6 fraudar a licitação;

9.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.1.10 advertência;

9.1.11 multa;

9.1.12 impedimento de licitar e contratar e

9.1.13 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

9.1.14 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.1.15 as peculiaridades do caso concreto;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

- 9.1.16 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.1.17 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.1.18 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.2 A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.2.1 Para as infrações previstas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 9.1.2 e REF_Ref114668139 \r \h * MERGEFORMAT 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.2.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.2.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.2.4 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.2.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.2.6 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.2.8 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.2.9 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.2.10 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.2.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.2.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.2.13 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

9.2.14 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* <http://www.licitanet.gov.br> e via e-mail para o endereço: cpl@buritis.ro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração: disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

11.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.5 Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela PREGOEIRA.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e <http://www.licitanet.gov.br> (LICITANET).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

- 12.11.1. ANEXO I – Modelo da Proposta;
- 12.11.2. ANEXO II – Condições para habilitação;
- 12.11.3. ANEXO III – Estimativa de custos- Relação dos itens;
- 12.11.4. ANEXO IV – Minuta do contrato;
- 12.11.5. ANEXO V – Termo de Referência;
- 12.11.5.1. Apêndice do Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 20 de maio de 2026.

Elaborado por: **Ronei Eduardo Dos Santos**
Agente de Equipe de Apoio

Revisado e aprovado por: **Thiago Alves de Sousa**
Superintendente de Licitações e Contratações





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

ANEXO I DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026/SLC
PROCESSO N.º 3119-2025/SEMAGRI

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL.: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

BANCO: _____ AG.: _____ C. CORRENTE: _____

Item	Especificação	Unidade De Medida	Marca / Modelo	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Informar a razão social, CNPJ e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, num raio máximo de 330 km de distância de Buritis, conforme termo de referência.

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Obs: Ao licitante, favor encaminhar juntamente com a proposta os dados do responsável pela assinatura do contrato, incluindo: nome, cpf, data de nascimento, telefone (de preferência WhatsApp) e e-mail. Essas informações são essenciais para a formalização do contrato e comunicação entre as partes.

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI
comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação,
e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI
ANEXO II DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal de BURITIS, ou pelo SICAF. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital. Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC OU SICAF deverão também ser remetidos:*

1. HABILITAÇÃO JURIDICA e FISCAL:

- a) **Identidade e CPF** do responsável.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal e INSS**. (Unificada)
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** – FGTS.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).
- h) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.1 Considerando que o objeto da contratação não será exigido comprovação de qualificação técnica específica ou registro profissional, visto que a aquisição em questão não possui complexidade que justifique tal exigência, conforme análise da área requisitante.

2.2 As exigências relacionadas à regularidade fiscal, à proposta comercial compatível com o Termo de Referência e à entrega do bem conforme as especificações técnicas, acompanhada da documentação legal e da garantia do fabricante, são suficientes para assegurar a boa execução contratual, sendo injustificada e excessiva a exigência de atestados de capacidade técnica.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 337 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

Reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

Serão realizadas consultas, ao **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP**, **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, **Lista de Inidôneos**, mantida pelo **Tribunal de Contas da União – TCU**, **Consolidada de Pessoa Jurídica**, mantida pelo **Tribunal de Contas da União – TCU**, **Correcional de Pessoas Físicas da Controladoria-Geral da União - CGU**.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI
ANEXO III DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS

(Relação de itens)

ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA
ME/EPP/EQUIPARADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATMAT	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO R\$	PREÇO MÉDIO TOTAL R\$
1.	Veículo automotor, Novo, tipo pick-up leve, cabine simples, cor branca, fabricação/modelo não inferior ao ano vigente ao da entrega, com capacidade mínima de carga útil de 650 kg, caçamba com capacidade volumétrica mínima de 700 litros, tração 4x2, combustível flex (gasolina/etanol), motorização mínima de 1.0 e máxima de 1.8, potência mínima de 90 cv, transmissão com no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré, direção hidráulica ou elétrica assistida. O veículo deverá possuir comprimento mínimo 4.300 mm, largura mínima de 1.664mm, altura mínima 1.520mm, Entre eixos de no mínimo 2.718mm. Deverá ser equipado com ar-condicionado de fábrica, airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS. O serviço de assistência técnica em garantia deverá cobrir todos os procedimentos	UND.	615221 (genérico)	01	R\$ 116.240,00	R\$ 116.240,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas no veículo, incluindo substituição de peças, ajustes e reparos conforme manuais e normas técnicas do fabricante, podendo, se necessário, ocorrer a substituição do veículo por outro novo de mesmo modelo e padrão ou superior. A garantia por defeitos de fabricação deverá ser integral, compreendendo manutenção completa, reposição de peças e acessórios, serviços gerais, mão de obra e transporte, com atendimento no Estado de Rondônia em até 48 horas após o chamado. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado como veículo oficial da Prefeitura Municipal de Buritis, atendendo integralmente às normas do CONTRAN e do PROCONVE vigentes.					
Total R\$: 116.240,00					

Atenção: Para preenchimento da **Proposta (Anexo I)** deve-se seguir estritamente esta ordem, numeração e descrição dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 116.240,00 (cento e dezesseis mil duzentos e quarenta reais)**.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados podem apresentar proposta para o **ITEM** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

1.2 O item será analisado pelo valor unitário. Se o item tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

ANEXO IV DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS

(Processo Administrativo nº 3119-2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Valtair Fritz dos Reis, Prefeito deste município, através da **Secretaria Municipal de Agricultura**, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 3119-2025**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 03/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a Aquisição de 1 (um) veículo tipo pick-up, em atendimento a Emenda Parlamentar nº 202339450005, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATMAT	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO R\$	PREÇO MÉDIO TOTAL R\$
1.	Veículo automotor, Novo, tipo pick-up leve, cabine simples, cor branca, fabricação/modelo não inferior ao ano vigente ao da entrega, com capacidade mínima de carga útil de 650	UND.	615221 (genérico)	01	R\$	R\$





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

kg, caçamba com capacidade volumétrica mínima de 700 litros, tração 4x2, combustível flex (gasolina/etanol), motorização mínima de 1.0 e máxima de 1.8, potência mínima de 90 cv, transmissão com no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré, direção hidráulica ou elétrica assistida. O veículo deverá possuir comprimento mínimo 4.300 mm, largura mínima de 1.664mm, altura mínima 1.520mm, Entre eixos de no mínimo 2.718mm. Deverá ser equipado com ar-condicionado de fábrica, airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS. O serviço de assistência técnica em garantia deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas no veículo, incluindo substituição de peças, ajustes e reparos conforme manuais e normas técnicas do fabricante, podendo, se necessário, ocorrer a substituição do veículo por outro novo de mesmo modelo e padrão ou superior. A garantia por defeitos de fabricação deverá ser integral, compreendendo					
--	--	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

manutenção completa, reposição de peças e acessórios, serviços gerais, mão de obra e transporte, com atendimento no Estado de Rondônia em até 48 horas após o chamado. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado como veículo oficial da Prefeitura Municipal de Buritis, atendendo integralmente às normas do CONTRAN e do PROCONVE vigentes.						
						Total R\$:

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, levando em consideração as obrigações futuras de assistência técnica. Caso necessário, o contrato poderá ser prorrogado, por igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2 A comunicação entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, como por exemplo: e-mail e WhatsApp.

3.3 Medição

3.3.1 Dado que a execução ocorrerá integralmente dentro de um único mês, sem previsão de parcelas mensais ou entregas parciais que justifiquem medições intermediárias, a aferição única ao





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

final da execução será suficiente para assegurar a correta verificação da entrega do objeto contratual.

3.4 Forma, local e prazo de entrega (conforme tópico 5 do termo de referência):

3.4.1 A entrega deverá ser efetuada no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, situado na Avenida Ayrton Senna, 2727, Setor 07 (ao lado da balança), Buritis/RO - CEP: 76.880-000 - Telefone: (69) 3238- 2675 no horário das 07h30às 13h30 de segunda-feira a sexta-feira.

3.4.2 A entrega será na forma integral em remessa única, imediata, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de faturamento que será encaminhada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Nota de Empenho e/ou Ordem de Faturamento. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (três) dias úteis de antecedência. O prazo de prorrogação não poderá ser superior ao da entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4.3 Na hipótese de impossibilidade de cumprimento da data estipulada para a entrega, a empresa deverá comunicar as respectivas justificativas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a fim de que a solicitação de prorrogação do prazo seja devidamente analisada não podendo o prazo de prorrogação ser superior a o da entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4.4 O Recebimento será efetuado por uma comissão designada para este fim, que deverá no ato, mandar testa-los e verificar danos visíveis, dados técnicos do veículo, bem como se os mesmos estão acompanhados dos componentes e acessórios contidos no manual do usuário.

3.4.5 Deverá ser entregue também certificado de garantia, manual de operação e manutenção, catálogo de peças, todos em português.

3.4.6 As exigências da fiscalização e atuação da Secretaria Municipal de Agricultura em qualquer etapa da entrega do equipamento, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne o atendimento ao Edital.

3.5 Recebimento do Objeto (conforme tópicos 11.2 e 11.3 do termo de referência):

3.5.1 Do recebimento provisório

3.5.1.1 Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de entrega, mediante verificação prévia da conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta. O responsável pela fiscalização da contratação verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

3.5.1.2 A Comissão de recebimentos de serviços realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto nº 13.509, de 2023).

3.5.1.3 A comissão de recebimento, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

3.5.1.4 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

3.5.1.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.5.1.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

3.5.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

3.5.1.8 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

3.5.2 Do recebimento definitivo

3.5.2.1 Definitivamente, ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento provisório da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela secretaria, após a verificação da qualidade do equipamento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.5.2.2 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada comissão de recebimento, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto nº 13.509, de 2023).

3.5.2.3 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

3.5.2.4 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

3.5.2.5 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

3.5.2.6 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

3.5.2.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

3.5.2.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.5.2.9 O prazo para a coleta definitiva poderá ser prorrogado por igual período, se justificado, para diligências relacionadas ao cumprimento das exigências contratuais.

3.6 Rejeição de Bens

3.6.1 Os bens que apresentarem vícios, defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser rejeitados, total ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

parcialmente, antes mesmo da formalização do recebimento provisório, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.6.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.7 Prorrogação do Prazo de Recebimento

3.7.1 O prazo para a coleta definitiva poderá ser prorrogado por igual período, se justificado, para diligências relacionadas ao cumprimento das exigências contratuais.

3.8 Resolução de Controvérsias

3.8.1 Em caso de controvérsias sobre a celebração do contrato, sirgar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa.

3.8.2 O período para resolução de inconsistências identificadas pela Administração não conta para o prazo de recebimento definitivo.

3.9 Verificação da Nota Fiscal

3.9.1 A nota fiscal ou documento equivalente deve conter validade, dados de emissão, dados da aquisição, período de execução, valor a pagar e retenções tributárias.

3.10 DA FISCALIZAÇÃO

3.10.1 A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

3.10.2 A fiscalização será realizada Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo do Contrato, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes.

3.10.3 A Fiscalização Técnica deverá:

3.10.3.1 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 13.509, de 2023);

3.10.3.2 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 13.509, de 2023);

3.10.3.3 Acompanhar a entrega e a adequação do objeto às especificações técnicas definidas no contrato;

3.10.3.4 Verificar a qualidade do veículo;

3.10.3.5 Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências técnicas relevantes; O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 13.509, de 2023);

3.10.3.6 Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos dos bens;

3.10.3.7 Informar o gestor do contrato sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

3.10.3.8 Em caso de ausência do fiscal técnico titular, a Administração deverá indicar substituto devidamente capacitado, que responderá temporariamente pelas ações de fiscalização técnica, garantindo a continuidade da gestão do contrato;

3.10.3.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.11 Fiscalização Administrativa:

3.11.1 Garantir a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;

3.11.2 Acompanhar os processos de compromissos e pagamentos, incluindo a verificação de garantias e realização de glosas, se necessário;

3.11.3 Formalizar aditamentos contratuais, apostilamentos e acompanhar a execução financeira do contrato; (quando houver previsão);

3.11.4 Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do contrato para a tomada de ações cabíveis.

3.11.5 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.11.6 Na eventualidade do Fiscal Administrativo do Contrato não estar disponível, um substituto devidamente atualizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos para não comprometer a administração do contrato.

3.12 Da Garantia, condições de Manutenção e Assistência Técnica:

3.12.1 A empresa fornecedora deverá dispor de assistência técnica autorizada e ativa no Estado de Rondônia, garantindo suporte local para eventuais manutenções, reparos, substituições ou atendimentos técnicos durante o período de garantia.

3.12.2 Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada ou assistência técnica autorizada pelo fabricante, com o primeiro atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e reposição de peças em até 15 (quinze) dias úteis dentro do horário comercial, contados a partir da data de retirada do veículo, pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada, durante o período da garantia exigido.

3.12.3 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada do Contratado, aceita pela Contratante.

3.12.4 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

3.12.5 O prazo previsto para os atendimentos relacionados à assistência técnica será o mesmo prazo previsto da vigência do contrato ou prazo de garantia do fabricante, quando for superior ao prazo previsto no contrato.

3.12.6 O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas no veículo, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de item avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior. Uso).

3.12.7 A Contratada deverá indicar a rede de assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), no Estado de Rondônia, para garantir as manutenções preventivas e/ou corretivas durante o período da garantia estipulada.

3.12.8 Os registros de chamados e os serviços de assistência técnica durante o período de garantia não acarretarão ônus para a CONTRATANTE.

3.12.9 As despesas com impostos, mão de obra, deslocamento de pessoal, substituição de peças, e quaisquer outras despesas oriundas dos atendimentos de assistência técnica e manutenção durante o período de garantia de peças que apresentarem desgastes por defeito de fabricação, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.12.10 O custo referente ao transporte do veículo cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

3.12.11 A contratada deverá manter uma linha de comunicação eficiente com a SEMAGRI, para garantir a programação e o acompanhamento das intervenções técnicas de forma ágil e eficiente. Justificativa para Exigência do Serviço de Assistência Técnica em Garantia.

3.12.12 A exigência de que o fornecedor disponibilize assistência técnica no Estado de Rondônia tem por objetivo assegurar a manutenção adequada, revisões periódicas e eventuais reparos do veículo a ser adquirido, garantindo o pleno cumprimento das condições de garantia do fabricante e a continuidade das atividades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura. Considerando que o veículo será utilizado em ações de apoio às atividades rurais e em deslocamentos para localidades do interior do município, é essencial que haja pronto atendimento técnico e disponibilidade de peças e serviços em território rondoniense, de forma a evitar longos deslocamentos para outros estados, que poderiam acarretar custos adicionais e comprometer a execução dos serviços públicos. Assim, a exigência de assistência técnica local não constitui restrição à competitividade, mas medida necessária para garantir a eficiência administrativa, a economicidade dos recursos públicos e a operacionalidade contínua do bem adquirido.

3.13 Da Gestão Contratual:

3.13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.13.2 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

3.13.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.13.4 A Administração poderá convocar o representante ou preposto da contratada para reuniões de alinhamento ou adoção de providências, com registros formais em ata ou correspondência oficial.

3.13.5 A execução contratual será acompanhada por fiscal formalmente designado, com base no art. 117 Lei nº 14.133/2021, podendo ser assistido por equipe técnica. Os registros técnicos poderão incluir relatórios, imagens e medições, conforme a natureza do objeto ou serviço.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, essa restrição tem por objetivo garantir que a aquisição seja realizada por empresa especializada no ramo pertinente, prevenindo eventuais atrasos, falhas de comunicação com terceiros e assegurando o controle direto sobre a qualidade do bem fornecido.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.1.1. O prazo de validade;
- 6.1.2. A data de emissão;
- 6.1.3. O período respectivo de execução da contratação;
- 6.1.4. O valor a pagar;
- 6.1.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

6.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.4.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas edital;

6.4.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.4.3 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.4.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.4.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

6.5 O **pagamento** deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

6.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada em sua proposta de preços.

6.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.5 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.6 Antecipação do pagamento

6.6.1 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

7.1 São obrigações do Contratante:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

- 7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.10.1 A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 8.3 Comunicar ao contratante, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

8.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.17 O veículo a ser fornecido deverá ser do último modelo e ano fabricado, com os demais itens de série e entregue com todos os equipamentos obrigatórios estabelecidos na legislação de trânsito;

8.18 A empresa contratada deverá garantir que o veículo atenda todas as normativas vigentes estabelecidas pelo código de trânsito brasileiro - CTB e pelo conselho nacional de trânsito – CONTRAN;

8.19 O veículo a ser fornecido deverá estar equipado com todos os itens necessários e segurança de acordo com CONTRAN e demais normas pertinentes em vigor, com os demais itens de estética e segurança originais de fábrica;

8.20 O veículo a ser fornecido deverá ser registrado e todos os custos e outras taxas emitidas pelo DETRAN/RO, serão por conta da empresa fornecedora do veículo;

8.21 O veículo deverá ser entregue com as taxas de emplacamento, Licenciamento, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) em nome da Prefeitura Municipal de Buritis/RO;

8.22 A contratada deverá apresentar declaração do fabricante que a empresa está apta comercializar veículos da marca;

8.23 O primeiro emplacamento deverá ser emitido pelo DETRAN/RO em nome da contratante; não será aceita transferência via ATPV.

8.24 A empresa contratada deverá entregar o veículo acompanhado dos respectivos certificados de garantia e manuais técnicos, escritos em português, contendo as orientações necessárias para o funcionamento e manuseio, visando garantir a boa utilização geral do mesmo;

8.25 O veículo a ser fornecido deverá ser entregue com o IPVA e demais tributos que sejam vinculados a ele, todos devidamente quitados;

8.26 O veículo a ser fornecido deverá estar dentro das especificações técnicas e padrões de qualidade e em relação ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor;

8.27 A empresa contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de fretes e transportes dos itens, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser adquirido, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

8.28 Garantia mínima, de fábrica, de 12 (doze) meses sem limites de quilometragem, prevalecendo a garantia de fábrica dos produtos, caso seja superior. Com assistência técnica autorizada no estado de Rondônia, todas as manutenções preventivas e corretivas, durante o prazo o de garantia, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas, a fim de manter o veículo e equipamentos em perfeitas condições de uso.

8.29 Entende -se por manutenção corretiva, aquela destinada a remover os vícios apresentados pelo veículo, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e demais correções necessárias, a ser realizada sem qualquer ônus adicional para a contratante.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

8.30 Compreende -se a manutenção preventiva, para os fins a que se destina, aquela destinada a recompor o veículo e equipamentos em virtude do desgaste apresentado ao longo do período da garantia, incluindo a reposição de peças e ajustes no veículo.

8.31 No caso de quebra decorrente do transporte, ou ainda se o produto apresentar defeitos de fábrica durante a utilização a contratada deverá providenciar imediata substituição do item ou troca, sem qualquer custo adicional dentro do período de garantia do bem.

8.32 A CONTRATADA deverá entregar o Item devidamente licenciado e emplacado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato, sendo o primeiro emplacamento realizado no Estado de Rondônia/RO como veículo oficial da Prefeitura Municipal de Buritis.

8.33 Caso o Item no período de 10 (dez) dias contados a partir do RECEBIMENTO DEFINITIVO, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, vícios ocultos ou defeitos de fabricação, ou ainda, avarias sofridas pelo objeto no transporte, o licitante terá o prazo de até 20 (vinte) dias para efetuar as correções necessárias ou a substituição do objeto, ficando a despesa de tal operação totalmente a cargo do CONTRATADO.

8.34 A Contratada será responsável por todos os custos e taxas relacionados ao registro e licenciamento do Item, junto ao DETRAN/RO, bem como pelo pagamento de frete, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o valor proposto.

8.35 A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de fretes e transporte do item, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser adquirido, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

8.36 O veículo deverá ser entregue com todos os itens de segurança obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente, incluindo cintos de segurança individuais, sistema de iluminação e sinalização conforme regulamentação do CONTRAN.

8.37 O veículo deverá estar em conformidade com os padrões de proteção ambiental exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), especialmente no que se refere aos limites de emissão de poluentes.

8.38 A contratada deverá fornecer, no momento da entrega, os manuais técnicos e operacionais redigidos em língua portuguesa, bem como os certificados de garantia do veículo e dos seus principais componentes, com orientações claras quanto ao funcionamento, manutenção e utilização adequada do bem.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual de execução, nos termos dos artigos 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a aquisição do item ocorrerá de forma integral e imediata, não se tratando, portanto, de fornecimento parcelado ou de longo prazo. Ademais, a exigência de garantia contratual, em casos como este, tende a gerar aumento no custo do item ofertados pelas licitantes, o que compromete a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92,](#)

XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.3 **Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como:

- 10.3.1 Atraso na entrega de até 5 (cinco) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;
- 10.3.2 Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
- 10.3.3 Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
- 10.3.4 Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
- 10.3.5 Jogar embalagens ou sobras de materiais em locais inadequados, desde que seja feita a destinação correta após a notificação;
- 10.3.6 Como instalação torta, sujeira no local, pequenos danos estéticos, desde que corrigíveis logo após a notificação.
- 10.3.7 Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio.
- 10.3.8 Falta de uso de EPIs ou conduta imprópria de funcionários no local, quando não há risco direto à segurança ou à ordem do serviço.

10.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- 10.4.1 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
- 10.4.2 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
- 10.4.3 Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

10.4.4 Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição 2 anos de impedimento;

10.4.5 Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;

10.4.6 Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;

10.4.7 Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;

10.4.8 Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento

10.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, em situações que envolvam dolo, fraude, falsidade ou dano grave à Administração:

10.5.1 Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;

10.5.2 Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;

10.5.3 Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;

10.5.4 Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;

10.5.5 Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;

10.5.6 Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;

10.5.7 Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;

10.5.8 Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;

10.5.9 Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;

10.5.10 Enriquecimento ilícito à custa do erário;

10.5.11 Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).

10.6 O atraso superior a 30 (trinta) dias para a execução dos serviços autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.7 **Moratória**, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15% (quinze por cento)**;

10.7.1 **2%**: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

10.7.2 **5%**: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

10.7.3 **6%**: Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

10.7.4 **15%**: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

10.8 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da contratação por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

10.9 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação:

10.9.1 **5%:** Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.

10.9.2 **7%:** Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.

10.9.3 **8%:** Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.

10.10 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

10.10.1 **15%:** Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;

10.10.2 **15%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

10.10.3 **30%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

10.10.4 **30%:** Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

10.11 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **3% (três por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

10.11.4 **5%:** Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;

10.11.5 **15%:** Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

10.12 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **8% (oito por cento)** do valor da contratação.

10.13 **1% (um por cento)** retarda a execução ou entrega do objeto sem apresentação de motivo justificável.

10.14 **4% (quatro por cento)** prejudicar o andamento regular da contratação, podendo resultar em sanções adicionais previstas no contrato ou na legislação aplicável.

10.15 **8% (oito por cento)** Em casos de reincidência ou quando o atraso causar impacto significativo no cronograma.

10.16 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **4% (quatro por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação:

10.13.1 **4%:** Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

10.13.2 **6%:** Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.

10.13.3 **8%:** Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.

10.17 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

10.18 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.19 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.20 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

10.21 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.22 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.22.4 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.22.5 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.23 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.23.4 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.23.5 as peculiaridades do caso concreto;

10.23.6 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.23.7 os danos que dela provierem para o contratante; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.24 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competentes definidos na referida Lei.

10.25 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.26 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.27 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.28 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Prefeitura Municipal de Buritis

Unidade Orçamentária: 02.09.01 - Secretaria Municipal de Agricultura-SEMAGRI

Programação: 20 605 1007 1296 0000 – TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS – EMENDA

PARLAMENTAR Nº 202339450005 - CHRISOSTOMO

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Ficha 788

12.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, <http://www.buritis.ro.gov.br> (Portal da transparência do Município de Buritis), em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO ([art. 92, §1º](#))

15.1. Fica eleito o Foro Comarca de Buritis, Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Buritis-Rondônia, [dia] de [mês] de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI
EXTRATO DO CONTRATO N.º/2025/PMB

PROCESSO N.º 3119-2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026-SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

CONTRATADO: _____

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de 1 (um) veículo tipo pick-up, em atendimento a Emenda Parlamentar nº 202339450005.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 02.09.01 - Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI

Programação: 20 605 1007 1296 0000 – TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS – EMENDA

PARLAMENTAR N.º 202339450005 - CHRISOSTOMO

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Ficha 788

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R\$ _____

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

Valtair Fritz dos Reis





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3119-2025 / SEMAGRI

ANEXO V DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

APENDICE DO ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar – ETP





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0003119.10.01-2025 - SECRETARIA DA AGRICULTURA.

Categoria: Compra de bens comuns.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Aquisição de 1 (um) veículo tipo pick-up, em atendimento a Emenda Parlamentar nº 202339450005.

TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND	QUANT.	VALOR UND (MÉDIO)	VALOR TOTAL (MÉDIO)
1.	Veículo automotor, Novo, tipo pick-up leve, cabine simples, Cor branca, fabricação/modelo não inferior ao ano vigente ao da entrega, com capacidade mínima de carga útil de 650 kg, caçamba com capacidade volumétrica mínima de 700 litros, tração 4x2, combustível flex (gasolina/etanol), motorização mínima de 1.0 e máxima de 1.8, potência mínima de 90 cv, transmissão com no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré, direção hidráulica ou elétrica assistida. O veículo deverá possuir comprimento mínimo 4.300 mm, largura mínima de 1.664mm, altura mínima	615221 (Genérico)	UND	01	R\$ 116.240,00	R\$ 116.240,00

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000



Pág.: 1 / 35 - ID. do Doc.: 3.6E4.93E - 08/12/2025 - 11:11:32 - ASSINADO POR(2): CPF:861.74*. **2*7 CPF:036.21*. **2*5

Pág.: 50 / 100 - ID. do Doc.: 3.E54.CDE - 20/05/2026 - 08:09:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76*. **2*9

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0893.2E09.030Z.9127.8821 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1124.8V11.332H.U139.6076 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

1.520mm, Entre eixos de no mínimo 2.718mm. Deverá ser equipado com ar-condicionado de fábrica, airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS. O serviço de assistência técnica em garantia deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas no veículo, incluindo substituição de peças, ajustes e reparos conforme manuais e normas técnicas do fabricante, podendo, se necessário, ocorrer a substituição do veículo por outro novo de mesmo modelo e padrão ou superior. A garantia por defeitos de fabricação deverá ser integral, compreendendo manutenção completa, reposição de peças e acessórios, serviços gerais, mão de obra e transporte, com atendimento no Estado de Rondônia em até 48 horas após o chamado. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado como veículo oficial da Prefeitura Municipal de Buritis, atendendo integralmente às normas do CONTRAN e do PROCONVE vigentes.					
VALOR TOTAL R\$ 116.240,00					

1.2. O objeto desta aquisição, é caracterizado como bens comuns, conforme art. 6º, inciso XIII, da

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000



Pág.: 2 / 35 - ID. do Doc.: 3.6E4.93E - 08/12/2025 - 11:11:32 - ASSINADO POR(2): CPF:861.74* **2*7 CPF:036.21* **2*5

Pág.: 51 / 100 - ID. do Doc.: 3.E54.CDE - 20/05/2026 - 08:09:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76* **2*9



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 384 do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

1.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, levando em consideração as obrigações futuras de assistência técnica. Caso necessário, o contrato poderá ser prorrogado, por igual período.

1.5. As especificações dos itens estão parcialmente em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, visto que as especificações disponíveis no sistema Comprasgov. Não atendem as necessidades. Sendo assim informamos na tabela acima que o código será genérico.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da necessidade da contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratações Anual – PCA 2025:

2.2.1. ID do PCA no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: 01266058000144-0-000001/2025 (3º - 3.468.9F0);

2.2.2. Nº do item no PCA/2025 396 (3º - 3.468.9F0).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021)

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico especificado Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. A aquisição deverá contemplar 01 (um) veículo novo com as seguintes características mínimas:

4.1.1. **Tipo de veículo:** Pick-up leve, cabine simples;

4.1.2. **Cor do veículo:** branca;

4.1.3. Ano de **fabricação/modelo** não inferior ao ano vigente ao da entrega;

4.1.4. **Capacidade de carga:** Mínima de 650kg.

4.1.5. **Capacidade volumétrica:** Mínimo 700 litros;

4.1.6. **Tração:** 4x2;

4.1.7. **Motor:** Flex, motorização mínima de 1.0 e máxima de 1.8, potência mínima de 90 cv;

4.1.8. **Trasmissão:** Câmbio de 05 marchas à frente e uma à ré;

4.1.9. **Direção:** hidráulica ou elétrica assistida;

4.1.10. **Dimensões:** comprimento mínimo de 4.300mm, largura mínima de 1.664mm, altura mínima 1.520mm;

4.1.11. **Eixo:** Entre eixos de no mínimo 2.718mm;

4.1.12. **Conforto:** Ar condicionado;

4.1.13. **Segurança:** airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS.

4.2. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.2.1. O veículo a ser fornecido deverá ser do último modelo e ano fabricado, com os demais itens de série e entregue com todos os equipamentos obrigatórios estabelecidos na legislação de trânsito;

4.2.2. A empresa contratada deverá garantir que o veículo atenda todas as normativas vigentes estabelecidas pelo código de trânsito brasileiro - CTB e pelo conselho nacional de trânsito – CONTRAN;

4.2.3. O veículo a ser fornecido deverá estar equipado com todos os itens necessários e segurança de acordo com CONTRAN e demais normas pertinentes em vigor, com os demais itens de estética e segurança originais de fábrica;

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

4.2.4. O veículo a ser fornecido deverá ser registrado e todos os custos e outras taxas emitidas pelo DETRAN/RO, serão por conta da empresa fornecedora do veículo;

4.2.5. O veículo deverá ser entregue com as taxas de emplacamento, Licenciamento, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) em nome da Prefeitura Municipal de Buritis/RO;

4.2.6. A contratada deverá apresentar declaração do fabricante que a empresa esta apta comercializar veículos da marca;

4.2.7. O primeiro emplacamento deverá ser emitido pelo DETRAN/RO em nome da contratante; não será aceita transferência via ATPV.

4.2.8. A empresa contratada deverá entregar o veículo acompanhado dos respectivos certificados de garantia e manuais técnicos, escritos em português, contendo as orientações necessárias para o funcionamento e manuseio, visando garantir a boa utilização geral do mesmo;

4.2.9. O veículo a ser fornecido deverá ser entregue com o IPVA e demais tributos que sejam vinculados a ele, todos devidamente quitados;

4.2.10. O veículo a ser fornecido deverá estar dentro das especificações técnicas e padrões de qualidade e em relação ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor;

4.2.11. A empresa contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de fretes e transportes dos itens, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser adquirido, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

4.2.12. Garantia mínima, de fábrica, de 12 (doze) meses sem limites de quilometragem, prevalecendo a garantia de fábrica dos produtos, caso seja superior. Com assistência técnica autorizada no estado de Rondônia, todas as manutenções preventivas e corretivas, durante o prazo de garantia, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas, a fim de manter o veículo e

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

equipamentos em perfeitas condições de uso.

4.2.13. Entende -se por manutenção corretiva, aquela destinada a remover os vícios apresentados pelo veículo, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e demais correções necessárias, a ser realizada sem qualquer ônus adicional para a contratante.

4.2.14. Compreende -se a manutenção preventiva, para os fins a que se destina, aquela destinada a recompor o veículo e equipamentos em virtude do desgaste apresentado ao longo do período da garantia, incluindo a reposição de peças e ajustes no veículo.

4.2.15. No caso de quebra decorrente do transporte, ou ainda se o produto apresentar defeitos de fábrica durante a utilização a contratada deverá providenciar imediata substituição do item ou troca, sem qualquer custo adicional dentro do período de garantia do bem.

4.2.16. A CONTRATADA deverá entregar o Item devidamente licenciado e emplacado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato, sendo o primeiro emplacamento realizado no Estado de Rondônia/RO como veículo oficial da Prefeitura Municipal de Buritis.

4.2.17. Caso o Item no período de 10 (dez) dias contados a partir do RECEBIMENTO DEFINITIVO, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, vícios ocultos ou defeitos de fabricação, ou ainda, avarias sofridas pelo objeto no transporte, o licitante terá o prazo de até 20 (vinte) dias para efetuar as correções necessárias ou a substituição do objeto, ficando a despesa de tal operação totalmente a cargo do CONTRATADO.

4.2.18. A Contratada será responsável por todos os custos e taxas relacionados ao registro e licenciamento do Item, junto ao DETRAN/RO, bem como pelo pagamento de frete, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o valor proposto.

4.2.19. O Item deve atender a todas as normativas vigentes estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

4.2. Padrões Mínimos De Qualidade Exigidos

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

4.2.1. Os padrões mínimos de qualidade exigidos estão descritos conforme **TABELA 1**.

4.3.Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade, o veículo ofertado pela Contratada deve obedecer aos seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União:

4.2.1. Optar por veículo com alta eficiência de combustível e tecnologias de baixas emissões de gases do efeito estufa, veículo que consomem menos combustível por quilômetro rodado emitem menos gases de efeito estufa (CO₂) e poluentes, contribuindo para a sustentabilidade.

4.2.2. Atender os itens de segurança exigidos por lei e estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA.

4.2.3. Atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998, bem como à legislação superveniente e correlata. A observância desses limites é essencial para reduzir a poluição sonora e promover um ambiente urbano e rural mais saudável e menos perturbador.

4.2.4. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle da poluição do Ar por Veículo Automotor – PROCONVE P7, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata, preferencialmente dotado de tecnologia que faculte a diminuição da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

4.2.5. Para um atendimento eficaz da necessidade específica da Secretaria, é imprescindível o cumprimento de cada um dos requisitos listados acima. Estes foram elaborados buscando não somente atender às demandas operacionais imediatas, mas também observar práticas de sustentabilidade e responsabilidade social, em consonância com o exigido pela Lei 14.133/2021.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4.2. A vedação à subcontratação é devida a necessidade de controle direto de qualidade.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Objetivando que a aquisição seja de empresas do ramo, devidamente qualificada para garantir os padrões de qualidade e especificações em conformidade com objeto. Bem como evitar possíveis atrasos ou problema de comunicação com fornecedores externos.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1. A exigência de garantia contratual adicional pode resultar em um aumento significativo da burocracia e dos custos administrativos envolvidos no processo de contratação. Ao optar por não solicitar uma garantia formal, estamos promovendo uma abordagem mais ágil e econômica, sem comprometer a segurança e a qualidade dos serviços, considerando ainda o baixo risco associado e que estarão devidamente asseguradas pelo instrumento contratual.

4.5.2. Além disso, a não exigência da garantia evita ônus financeiros indevidos às empresas participantes, promovendo maior competitividade no certame e favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.5.3. Destaca-se que, conforme o caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia é faculdade da Administração Pública, devendo ser avaliada conforme as características e os riscos específicos de cada contratação, o que, neste caso, não se aplica.

4.5.4. De forma adicional, não será exigida garantia contratual, considerando que:

- I. O objeto contratado não envolve alta complexidade técnica nem elevado risco de inadimplemento;
- II. Trata-se de contratação de natureza comum, com ampla oferta no mercado e execução padronizada;
- III. A exigência de garantia poderia restringir a competitividade, especialmente em contratações de menor valor, contrariando o interesse público;

4.6. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.6.1. Na presente aquisição não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

14.133/2021).

Condições de entrega:

5.1. O prazo de entrega do veículo é de 30 (trinta) dias corridos , contados do recebimento da ordem de faturamento que será encaminhada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Nota de Empenho e/ou Ordem de Faturamento, em entrega única e imediata.

5.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento da data estipulada para a entrega, a empresa deverá comunicar as respectivas justificativas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a fim de que a solicitação de prorrogação do prazo seja devidamente analisada não podendo o prazo de prorrogação ser superior a o da entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Do local da entrega

5.3. A entrega deverá ser efetuada no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, situado na Avenida Ayrton Senna, 2727, Setor 07 (ao lado da balança), Buritis/RO - CEP: 76.880-000 - Telefone: (69) 3238-2675 no horário das 07h30 às 13h30 de segunda-feira a sexta-feira.

5.4. O Recebimento será efetuado por uma comissão designada para este fim, que deverá no ato, mandar testar e verificar danos visíveis, dados técnicos do veículo, bem como se os mesmos estão acompanhados dos componentes e acessórios contidos no manual do usuário.

5.5. Deverá ser entregue também certificado de garantia, manual de operação e manutenção, catálogo de peças, todos em português.

5.6. As exigências da fiscalização e atuação da Secretaria Municipal de Agricultura em qualquer etapa da entrega do equipamento, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne o atendimento ao Edital.

Especificação da garantia (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. Deverá ter garantia mínima de 12 meses, prevalecendo a garantia de fábrica dos produtos, caso seja superior;

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000



Pág.: 9 / 35 - ID. do Doc.: 3.6E4.93E - 08/12/2025 - 11:11:32 - ASSINADO POR(2): CPF:861.74*. **2*7 CPF:036.21*. **2*5

Pág.: 58 / 100 - ID. do Doc.: 3.E54.CDE - 20/05/2026 - 08:09:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76*. **2*9

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1124.8V11.332H.U139.6076 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0893.2E09.030Z.9127.8821 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

5.8. Prevalecem sobre os produtos as regulamentações do Código de Defesa do Consumidor, quanto à garantia, defeitos e outros, conforme o caso, garantindo a Contratante os direitos de Consumidor final.

5.9. Durante o período de garantia, a contratada será responsável por todas as correções necessárias, arcando com os custos de materiais, mão de obra e demais encargos, sem qualquer ônus para a Administração.

5.10. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante e a CONTRATADA se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

5.11. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA relatório descritivo sobre as ocorrências, expondo seus motivos, para que sejam devidamente corrigidas.

5.12. O item deverá obedecer às especificações de acordo com as Resoluções vigentes do país.

5.13. O período de garantia consiste na reparação, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

5.14. No caso de erros irreparáveis e, sempre que determinado pela CONTRATADA ou pela rede oficial de atendimento do fabricante, o item deverá ser substituído por um novo.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000



Pág.: 10 / 35 - ID. do Doc.: 3.6E4.93E - 08/12/2025 - 11:11:32 - ASSINADO POR(2): CPF:861.74*. **2*7 CPF:036.21*. **2*5

Pág.: 59 / 100 - ID. do Doc.: 3.E54.CDE - 20/05/2026 - 08:09:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76*. **2*9



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

5.17. Se o veículo no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovado pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, o veículo deverá ser substituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Especificação de manutenção e assistência técnica (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.18. A empresa fornecedora deverá dispor de assistência técnica autorizada e ativa no Estado de Rondônia, garantindo suporte local para eventuais manutenções, reparos, substituições ou atendimentos técnicos durante o período de garantia.

5.19. Os atendimentos deverão ser prestados pela contratada ou assistência técnica autorizada pelo fabricante, com o primeiro atendimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e reposição de peças em até 15 (quinze) dias úteis dentro do horário comercial, contados a partir da data de retirada do veículo, pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada, durante o período da garantia exigido.

5.20. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada do Contratado, aceita pela Contratante.

5.21. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.22. O prazo previsto para os atendimentos relacionados à assistência técnica será o mesmo prazo previsto da vigência do contrato ou prazo de garantia do fabricante, quando for superior ao prazo previsto no contrato.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

5.23. O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas no veículo, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de item avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior.uso).

5.24. A Contratada deverá indicar a rede de assistência técnica autorizada/especializada do fabricante (nome, endereço, telefone), no Estado de Rondônia, para garantir as manutenções preventivas e/ou corretivas durante o período da garantia estipulada.

5.25. Os registros de chamados e os serviços de assistência técnica durante o período de garantia não acarretarão ônus para a CONTRATANTE.

5.26. As despesas com impostos, mão de obra, deslocamento de pessoal, substituição de peças, e quaisquer outras despesas oriundas dos atendimentos de assistência técnica e manutenção durante o período de garantia de peças que apresentarem desgastes por defeito de fabricação, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.27. O custo referente ao transporte do veículo cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.28. A contratada deverá manter uma linha de comunicação eficiente com a SEMAGRI, para garantir a programação e o acompanhamento das intervenções técnicas de forma ágil e eficiente.

5.29. Justificativa para Exigência do Serviço de Assistência Técnica em Garantia

A exigência de que o fornecedor disponibilize assistência técnica no Estado de Rondônia tem por objetivo assegurar a manutenção adequada, revisões periódicas e eventuais reparos do veículo a ser adquirido, garantindo o pleno cumprimento das condições de garantia do fabricante e a continuidade das atividades operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura.

Considerando que o veículo será utilizado em ações de apoio às atividades rurais e em deslocamentos para localidades do interior do município, é essencial que haja pronto atendimento

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

técnico e disponibilidade de peças e serviços em território rondoniense, de forma a evitar longos deslocamentos para outros estados, que poderiam acarretar custos adicionais e comprometer a execução dos serviços públicos.

Assim, a exigência de assistência técnica local não constitui restrição à competitividade, mas medida necessária para garantir a eficiência administrativa, a economicidade dos recursos públicos e a operacionalidade contínua do bem adquirido.

6. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. A Administração poderá convocar o representante ou preposto da contratada para reuniões de alinhamento ou adoção de providências, com registros formais em ata ou correspondência oficial.

6.5. A execução contratual será acompanhada por fiscal formalmente designado, com base no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser assistido por equipe técnica. Os registros técnicos poderão incluir relatórios, imagens e medições, conforme a natureza do objeto ou serviço.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

7.2. A fiscalização será realizada Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo do Contrato, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

A Fiscalização Técnica deverá:

7.6. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 13.509, de 2023);

7.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 13.509, de 2023);

7.8. Acompanhar a entrega e a adequação do objeto às especificações técnicas definidas no contrato;

7.9. Verificar a qualidade do veículo;

7.10. Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências técnicas relevantes;

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 13.509, de 2023);

7.12. Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos dos bens;

7.13. Informar o gestor do contrato sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência.

7.14. Em caso de ausência do fiscal técnico titular, a Administração deverá indicar substituto devidamente capacitado, que responderá temporariamente pelas ações de fiscalização técnica, garantindo a continuidade da gestão do contrato;

7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa:

7.16. Garantir a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- 7.17. Acompanhar os processos de compromissos e pagamentos, incluindo a verificação de garantias e realização de glosas, se necessário;
- 7.18. Formalizar aditamentos contratuais, apostilamentos e acompanhar a execução financeira do contrato; (quando houver previsão);
- 7.19. Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do contrato para a tomada de ações cabíveis.
- 7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.21. Na eventualidade do Fiscal Administrativo do Contrato não estar disponível, um substituto devidamente atualizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos para não comprometer a administração do contrato.

Gestor do Contrato:

- 7.22. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 7.23. Elaborar relatórios de risco, monitorando e anotando quaisquer problemas que possam interferir no fluxo normal da execução do contrato;
- 7.24. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato e a comunicar à autoridade competente sobre qualquer ocorrência que exceda a sua alçada;
- 7.25. Entregar relatórios de avaliação de desempenho da CONTRATADA, considerando os indicadores objetivamente definidos;
- 7.26. O Gestor do Contrato terá um suplente indicado que assumirá as funções em casos de necessidade, mantendo o rigor e a efetividade da gestão e fiscalização contratual.
- 7.27. Conduzir processos administrativos de responsabilização e aplicação de avaliações quando necessário.

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

7.28. Ao término da execução contratual, o gestor do contrato deve elaborar um relatório final, destacando a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e indicar medidas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 13.509, de 2023).

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

8.2. Solicitar formalmente à CONTRATADA, mediante Ordem de Faturamento o fornecimento do Veículo;

8.3. Apresentar à Administração todos os documentos exigidos para o recebimento provisório e definitivo do serviço, incluindo Nota Fiscal e documentos de aferição de qualidade, quando aplicável;

8.4. O recebimento provisório não implica aceitação;

8.5. Efetuar o recebimento definitivo no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação;

8.6. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Fiscal, os itens entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

8.7. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa do item, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação;

8.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;

8.9. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

8.10. Qualquer notificação emitida pela CONTRATANTE deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.

8.11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.12. Realizar rigorosa conferência das características do item entregue, pela vencedora do certame; pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

8.13. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integre o instrumento contratual;

8.14. Efetuar as devidas publicações na forma da lei;

8.15. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

9. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas.

9.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega do material devendo estes ser inclusos no valor da proposta e, ainda:

9.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

9.4. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados neste termo.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

9.5. Fazer acompanhar, quando da entrega do objeto, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto entregue com vícios, defeitos ou incorreções, no prazo legal de garantia previsto no Código Civil e/ou no prazo contratual de garantia estabelecido neste Termo, mesmo após o recebimento definitivo.

9.7. Caso o objeto apresente danos ou avarias identificadas até o recebimento definitivo, inclusive aquelas ocorridas durante o transporte ou processo de entrega, deverá providenciar sua substituição sem ônus à CONTRATANTE.

9.8. Entregar o objeto acompanhado dos componentes e acessórios indicados no manual do fabricante, bem como dos respectivos manuais técnicos e operacionais, todos redigidos em língua portuguesa.

9.9. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela CONTRATANTE, de forma clara, objetiva e tempestiva, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

9.10. Responder por eventuais danos, de qualquer natureza, causados a empregados, terceiros ou à CONTRATANTE, decorrentes de acidente ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou representantes.

9.11. Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE acerca do fornecimento dos bens e prestar os esclarecimentos que forem necessários de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.

9.12. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários.

9.13. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas.

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

9.14. Garantir durante o prazo contratual os serviços de Assistência Técnica conforme condições estabelecidas neste termo.

9.15. Comunicar CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

9.16. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos itens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

9.17. Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, obrigando-se a saldá-los nos prazos legais, independentemente do pagamento por parte da CONTRATANTE;

9.18. Assumir responsabilidade por obrigações decorrentes de acidentes de trabalho envolvendo seus empregados durante a execução dos serviços;

9.19. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos itens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

9.20. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, excetuando-se o porte da empresa;

9.21. A CONTRATADA não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do contrato;

9.22. Corrigir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da CONTRATANTE, eventuais vícios ou defeitos identificados nos serviços executados;

9.23. Situações excepcionais serão analisadas pela CONTRATANTE, que decidirá de forma motivada.

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

9.24. Apresentar declaração do fabricante que a empresa está apta comercializar veículos da marca.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Entrega parcial do objeto ou em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Recusa ou atraso injustificado na substituição de equipamentos entregues com defeitos ou em desconformidade com as especificações técnicas, contrariando as obrigações contratuais;
- c) Inexecução total do objeto contratado, caracterizada pela ausência de entrega dos bens pactuados;
- d) Atraso injustificado na entrega dos equipamentos, em descumprimento aos prazos contratuais estabelecidos;
- e) Apresentação de documentação ou declarações falsas durante a execução do contrato;
- f) Prática de atos fraudulentos relacionados à entrega ou à composição dos itens contratados;
- g) Conduta inidônea ou desleal, inclusive tentativa de fraudar ou burlar cláusulas contratuais;
- h) Prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da legislação aplicável, inclusive a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 8.429/1992 e a Lei nº 12.846/2013, quando cabível.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. **Multa**: Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% do valor do contrato;

10.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias para a execução dos serviços autoriza a Administração a

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

10.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

10.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

10.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 8% (oito por cento) do valor do contrato.

10.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 4% (quatro por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

10.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.10. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.13. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

10.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.17. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.17.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.17.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.17.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.17.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.17.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.19. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.20. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.22. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma do Decreto Municipal nº 13.509/2023.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)

11.1. Medição

11.1.1. Dado que a execução ocorrerá integralmente dentro de um único mês, sem previsão de parcelas mensais ou entregas parciais que justifiquem medições intermediárias, a aferição única ao final da execução será suficiente para assegurar a correta verificação da entrega do objeto contratual.

11.2. Do recebimento provisório

11.2.1. Recebimento Provisório: O item será inicialmente recebido de forma provisória, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de entrega, mediante verificação prévia da conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta. O responsável pela fiscalização da contratação verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

11.2.2. A Comissão de recebimentos de serviços realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Decreto nº 13.509, de 2023).

11.2.3. A comissão de recebimento, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.2.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.2.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.2.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

11.2.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.2.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.3. Do recebimento definitivo

11.3.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.3.2. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada comissão de recebimento, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto nº 13.509, de 2023).

11.3.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.3.4. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo, com base nos relatórios e

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

documentações apresentadas;

11.3.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.3.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.3.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.3.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.4. Rejeição de Bens: Os bens que apresentarem vícios, defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo da formalização do recebimento provisório, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.4.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que dis respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.5. Prorrogação do Prazo de Recebimento: O prazo para a coleta definitiva poderá ser prorrogado por igual período, se justificado, para diligências relacionadas ao cumprimento das exigências contratuais.

11.6. Resolução de Controvérsias: Em caso de controvérsias sobre a celebração do contrato, siga-se o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa.

11.7. Solução de Inconsistências: O período para resolução de inconsistências identificadas pela

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Administração não conta para o prazo de recebimento definitivo.

11.8. Verificação da Nota Fiscal: A nota fiscal ou documento equivalente deve conter validade, dados de emissão, dados da aquisição, período de execução, valor a pagar e retenções tributárias.

11.9. Comprovação da Regularidade Fiscal: Acompanhar nota fiscal com prova de regularidade fiscal, verificável via SICAF ou outros meios oficiais.

11.10. Consulta ao SICAF: Verificar a manutenção das condições de habilitação e a ausência de impedimentos para contratação com o Poder Público.

11.11. Notificação e Regularização de Irregularidades: Em caso de irregularidades no SICAF, notificar a CONTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, apresente regularização ou exerça seu direito à ampla defesa.

11.12. Comunicação de Inadimplência: A não regularização resultará na comunicação aos órgãos fiscalizadores e no acionamento de meios para garantir a cobrança de créditos.

11.13. Medidas em Caso de Persistência de Irregularidade: Persistindo a irregularidade, procederá com a rescisão contratual, garantindo ampla defesa.

Liquidação

11.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da aquisição;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

11.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

11.17.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

11.17.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

Prazo de pagamento

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

11.22. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

Forma de pagamento

11.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela contratada em sua proposta de preços.

11.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.27. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação do pagamento

11.28. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM, em regime aberto.

12.2. A justificativa para o parcelamento da solução consta no item 11 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo.

Habilitação jurídica

12.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

12.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.7. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

12.8. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

12.9. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.10. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

12.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

12.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

12.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.20. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

12.21. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

12.22. Considerando que o objeto da contratação não será exigida comprovação de qualificação técnica específica ou registro profissional, visto que a aquisição em questão não possui complexidade que justifique tal exigência, conforme análise da área requisitante.

12.23. As exigências relacionadas à regularidade fiscal, à proposta comercial compatível com o Termo de Referência e à entrega do bem conforme as especificações técnicas, acompanhada da documentação legal e da garantia do fabricante, são suficientes para assegurar a boa execução contratual, sendo injustificada e excessiva a exigência de atestados de capacidade técnica.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’, da Lei n. 14.133/2021)

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

13.1. O custo estimado total da Aquisição é de R\$ 116.240,00 (ento e dezesseis mil duzentos e quarenta reais) conforme custos total médio apostado no ID 29º - 3.6DC.D35 .

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

14.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

14.2. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

Unidade Orçamentária: 02.09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Programação: 20 605 1007 1296 0000 – TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS – EMENDA PARLAMENTAR Nº 202339450005 - CHRISOSTOMO

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: Ficha 788

15. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato.

15.2. Para assinatura do respectivo Contrato, a empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação.

16. DA TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÕES

16.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

17. DO FORO

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis Estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes à Licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias da licitação que não puderem ser solucionadas administrativamente.

18. APÊNDICES

I - Estudo Técnico Preliminar (ID: 9º - 3.588.834);

II - Matriz de Riscos (ID: 10º - 3.589.38B).

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99991-2637, no e-mail: cpl@buritis.ro.gov.br, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta- feira das 07h30min às 13h30min.

19.2. A contratada deve submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

20. RESPONSÁVEIS

20.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Rua Barretos, Nº 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Elaborado por:

(Assinatura eletrônica)

Alex Antonio Miyadi dos Santos Souza

Assessor executivo

Matrícula 12894

Aprovado por:

(Assinatura eletrônica)

Edson de Oliveira Batista

Secretário Municipal de Agricultura

Dec.15.272/GAB/PMB/2025

Rua Barretos, N° 1651, Setor 03, Buritis/RO - Fone/FAX (69) 99971-3461
CEP: 76.880-000



Pág.: 34 / 35 - ID. do Doc.: 3.6E4.93E - 08/12/2025 - 11:11:32 - ASSINADO POR(2): CPF:861.74*. **2.*7 CPF:036.21*. **2.*5

Pág.: 83 / 100 - ID. do Doc.: 3.E54.CDE - 20/05/2026 - 08:09:30 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76*. **2.*9



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDSON DE OLIVEIRA BATISTA - SECRETARIO DE AGRICULTURA**, CPF: 861.74**.2-7 em 08/12/2025 11:46:11, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11K5.6K46.8112.R234.6275, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ALEX ANTÔNIO MIYADI DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 036.21**.2-5 em 08/12/2025 11:11:32, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11A5.5311.1323.X166.8246, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.6E4.93E** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **ALEX ANTÔNIO MIYADI DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 036.21**.2-5, em 08/12/2025 - 11:11:32

Código de Autenticidade deste Documento: 1124.8V11.332H.U139.6076



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica, operacional e administrativa da execução local da despesa prevista no Programa nº 09032023-2, aprovado na plataforma Transferegov, vinculado à Emenda Parlamentar nº 202339450005, no âmbito da Transferência Especial prevista no art. 166-A da Constituição Federal. O objeto, a quantidade e a finalidade da contratação já foram previamente definidas e aprovadas pela União. Assim, este documento visa subsidiar o Termo de Referência e demais peças da fase preparatória, conforme os princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 15 a 18 do Decreto Municipal nº 13.509/2023, assegurando o planejamento adequado e a execução eficiente da contratação.

Número do processo: 0002930.10.01-2025 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

Categoria do Objeto: bens comuns

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Integrante Administrativo: Alex Antônio Miyadi dos Santos Souza

Área Requisitante

Responsável

Secretário Municipal de Agricultura

Edson de Oliveira Batista

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

3.1. As diretrizes que nortearão este Estudo Técnico Preliminar, tem como base a Lei Federal nº 14.133 de 2021; o Decreto 13.509 de 15 de março de 2023 do município de Buritis/RO; o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011); Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (AGU/CGU); a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021; Normas técnicas da ABNT.

Análise de contratação anterior

Houve tentativa de contratação anterior pela SEMAGRI do item que consta neste processo (veículo automotor pick-up), vinculada ao Processo nº 1004/2024. Com base nos documentos relacionados a essa contratação, não foram identificadas inconsistências técnicas ou administrativas que tenham comprometido sua execução. No entanto, a contratação não foi

Rua Barretos, Setor 03, Nº 1651 Buritis/ RO Fone/Fax (69)99971-3461
CNPJ: 01.266.058/0001-44 – CEP:76880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

efetivada em razão da empresa vencedora do certame não ter efetuado a entrega, impossibilitando o prosseguimento da aquisição. Ainda assim, este novo processo aperfeiçoa com foco em padronização, sustentabilidade e garantias operacionais, com o intuito de prevenir eventuais riscos de atendimento técnico ou inconsistência documental.

Classificação da Informação (Lei nº 12.527/2011)

A documentação deste Estudo Técnico Preliminar não contém informações sensíveis, estratégicas ou sigilosas que justifiquem a sua classificação com restrição de acesso. Portanto, este ETP deve ser considerado como informação de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527/2011, assegurando a transparência ativa e o controle social sobre os atos administrativos.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 18, §1º, Inciso I da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A frota atual da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) não supre adequadamente as demandas operacionais, especialmente nas regiões rurais e em áreas de difícil acesso, comuns no território do município de Buritis. Para suprir essa carência, será adquirido um veículo tipo pick-up leve, cabine simples, características adequadas ao uso intenso em áreas rurais, como boa capacidade de carga, robustez e eficiência no consumo.

Este veículo será essencial para garantir a mobilidade e o suporte logístico das equipes técnicas da SEMAGRI, possibilitando o acompanhamento de projetos agrícolas, assistência a produtores, fiscalização de propriedades, entrega de insumos, além de outras atividades que exigem deslocamentos constantes, inclusive em locais com estradas em más condições.

A escolha por uma pick-up leve se deve à sua capacidade de carga, motorização compatível com as necessidades da Secretaria e dimensões que permitem agilidade e segurança no tráfego em áreas urbanas e rurais.

5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, Inciso II da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Agricultura, como consta:

ID PCA no PNCP: [01266058000144-0-000001/2025];





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ID do item no PCA: [396].

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, Inciso III da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O detalhamento dos requisitos da contratação não será inserido neste Estudo Técnico Preliminar, pois será pormenorizado no Termo de Referência, documento mais apropriado para a consolidação de todas as informações técnicas e operacionais para a futura licitação.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO (Art. 18, §1º, Inciso IV da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Quantidade a Serem Adquiridos

Será adquirido 1 (um) veículo tipo pick-up.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD.	UND.	QUANT.	VALOR UND.	VALOR TOTAL
01	Veículo automotor, Novo, tipo pick-up leve, cabine simples, Cor branca, fabricação/modelo não inferior ao ano vigente ao da entrega, com capacidade mínima de carga útil de 650 kg, caçamba com capacidade volumétrica mínima de 700 litros, tração 4x2, combustível flex (gasolina/etanol), motorização mínima de 1.0 e máxima de 1.8, potência mínima de 90 cv, transmissão com no mínimo cinco marchas à frente e uma	615221 (Genérico)	UND	01	R\$ 111.990,00	R\$ 111.990,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

à ré, direção hidráulica ou elétrica assistida. O veículo deverá possuir comprimento mínimo 4.300 mm, largura mínima de 1.664mm, altura mínima 1.520mm, Entre eixos de no mínimo 2.718mm. Deverá ser equipado com ar-condicionado de fábrica, airbags frontais para motorista e passageiro, freios ABS. O serviço de assistência técnica em garantia deverá cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas no veículo, incluindo substituição de peças, ajustes e reparos conforme manuais e normas técnicas do fabricante, podendo, se necessário, ocorrer a substituição do veículo por outro novo de mesmo modelo e padrão ou superior. A garantia por defeitos de fabricação deverá ser integral, compreendendo manutenção completa, reposição de peças e acessórios, serviços gerais,					
--	--	--	--	--	--

Rua Barretos, Setor 03, Nº 1651 Buritis/ RO Fone/Fax (69)99971-3461
CNPJ: 01.266.058/0001-44 – CEP:76880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	mão de obra e transporte, com atendimento no Estado de Rondônia em até 48 horas após o chamado. O veículo deverá ser entregue devidamente licenciado e emplacado como veículo oficial da Prefeitura Municipal de Buritis, atendendo integralmente às normas do CONTRAN e do PROCONVE vigentes.					
VALOR TOTAL						R\$ 111.990,00

7.2. **Memória de Cálculo**

7.3. A metodologia de cálculo baseou-se no que está proposto no plano de ação da Emenda Especial 202339450005, bem como a disponibilidade orçamentária.

7.4. Além disso a metodologia adotada considerou os seguintes critérios:

- a) Levantamento da Área de Abrangência da Secretaria
 - Mapeamento das regiões rurais atendidas pela SEMAGRI no município.
 - Cálculo da extensão territorial (3.266 km²) e número de localidades de difícil acesso.
- b) Quantificação de Atendimentos Técnicos Mensais
 - Análise histórica da média mensal de visitas técnicas, vistorias, entregas de insumos e monitoramentos.
 - Projeção de crescimento dessas ações nos próximos 12 meses.
- c) Disponibilidade Atual da Frota
 - Verificação da frota existente (quantidade, estado de conservação e capacidade de carga).
 - Análise da taxa de indisponibilidade por manutenção.
- d) Capacidade de Atendimento da Frota Atual
 - Estimativa de quilômetros rodados por veículo por mês.

Rua Barretos, Setor 03, Nº 1651 Buritis/ RO Fone/Fax (69)99971-3461
CNPJ: 01.266.058/0001-44 – CEP:76880-000





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Comparativo entre a demanda de deslocamentos e a capacidade da frota atual.
- e) Tempo Médio de Atendimento por Localidade
- Avaliação da média de tempo gasto por atendimento, considerando deslocamento e execução da atividade.
- Identificação de atrasos ou gargalos por falta de veículo disponível.
- f) Estimativa de Transporte de Cargas e Insumos
- Levantamento dos volumes e pesos médios de insumos e materiais transportados.
- Verificação da necessidade de veículo com carroceria e maior robustez (justificando o tipo pick-up).
- g) Projeção de Economia Operacional
- Estimativa da redução de custos com manutenção da frota antiga.
- Ganhos operacionais em agilidade, autonomia e eficiência das equipes.

7.5. Interdependência e Economia de Escala

7.6. A presente aquisição, que tem como objeto 1 (um) veículo automotor tipo pick-up, não apresenta interdependência com outras contratações. Trata-se de uma demanda específica da Secretaria de Agricultura, voltada ao atendimento das atividades operacionais realizadas no meio rural, sem vínculo direto com a aquisição de outros bens ou serviços complementares.

7.7. A Secretaria de Agricultura já realiza suas atividades com estrutura própria, incluindo equipe técnica, equipamentos e planejamento logístico. A aquisição do veículo pick-up visa ampliar a capacidade de atendimento e dar maior autonomia ao setor, não estando condicionada à contratação conjunta de outros bens ou serviços.

7.8. Não há, portanto, potencial relevante de economia de escala ou prejuízo operacional em se realizar essa contratação de forma isolada, visto que o veículo será integrado à rotina de trabalho da Secretaria, atendendo de forma plena e independente às finalidades propostas.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, Inciso V da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para a aquisição de 1 (um) veículo automotor tipo pick-up, com características





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

compatíveis com as necessidades da Secretaria de Agricultura, considerando critérios técnicos, disponibilidade comercial, custo-benefício e adequação à realidade operacional do município.

8.2. Durante a pesquisa, observou-se que o mercado oferece diversas opções de veículos do tipo pick-up, com variações quanto à motorização, tipo de tração (4x2 ou 4x4), capacidade de carga, cabine simples ou dupla, consumo de combustível, entre outros aspectos técnicos relevantes. Foram consideradas, principalmente, as versões com cabine simples, adequadas ao transporte de carga leve e de equipe técnica em áreas rurais.

8.3. A escolha recaiu sobre veículos da categoria da Veículo tipo Pick-up leve com as especificações citadas na tabela do item “7.1.” deste estudo, por apresentarem boa reputação no mercado quanto à durabilidade, robustez, economia de combustível, manutenção acessível e desempenho satisfatório em estradas não pavimentadas – realidade comum nas regiões atendidas pela Secretaria de Agricultura.

8.4. Além das características técnicas, também foi levado em consideração o valor do recurso disponível, proveniente de emenda parlamentar específica para essa finalidade. Dessa forma, a pesquisa priorizou modelos que atendessem às necessidades operacionais da Secretaria e que estivessem dentro do orçamento autorizado, garantindo a melhor relação entre custo e benefício.

8.5. A escolha por esse tipo de veículo representa a melhor solução porque:

- a) atende à necessidade de deslocamento da equipe técnica para propriedades rurais, feiras, eventos e ações no campo;
- b) possui capacidade de carga adequada para o transporte de ferramentas, insumos e equipamentos;
- c) apresenta boa aceitação no mercado, com facilidade de manutenção, disponibilidade de peças e assistência técnica regional;
- d) é compatível com os objetivos do setor e contribui para a melhoria dos serviços prestados ao agricultor familiar.

8.6. Conclui-se, portanto, que a aquisição de um veículo pick-up novo, com especificações compatíveis com o uso rural e com o orçamento disponível, é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e plenamente alinhada às políticas públicas de fortalecimento da agricultura municipal.

8.7. Também foi considerada, no levantamento, a comparação entre a aquisição de veículo novo, usado ou por meio de locação. A compra de veículo novo mostrou-se a alternativa mais vantajosa, considerando a garantia de fábrica, menor custo de manutenção a médio prazo, maior





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

durabilidade e valorização do patrimônio público. A locação foi descartada por apresentar custo recorrente elevado e limitação de uso, enquanto a aquisição de veículo usado foi considerada inadequada devido à falta de garantia, risco de falhas mecânicas e maior frequência de manutenção.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, Inciso VI da Lei nº 14.133/2021)

9.1.O valor total estimado da contratação é de R\$ 111.990,00 (cento e onze mil, novecentos e noventa reais), de acordo com a média da pesquisa prévia de preços anexada a este estudo.

9.2. Metodologia de Pesquisa de Preços

Para a estimativa do valor desta contratação, foi realizada uma pesquisa de preços de mercado baseada em cotações anteriores e sites especializados, conforme a legislação vigente, para assegurar a obtenção de um valor justo e competitivo.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, Inciso VII da Lei nº 14.133/2021)

10.1. A solução proposta contempla a aquisição de 1 (um) veículo automotor tipo pick-up, com características técnicas adequadas para o uso em atividades rurais e operacionais da Secretaria Municipal de Agricultura. A escolha do modelo considerou critérios técnicos, operacionais, logísticos e orçamentários, visando proporcionar maior eficiência no deslocamento de equipes, transporte de insumos e atendimento direto aos produtores rurais.

10.2. O veículo deverá possuir capacidade de carga compatível com as necessidades da Secretaria, cabine simples, boa altura em relação ao solo, motorização adequada e resistência para trafegar em estradas e áreas de difícil acesso, características comuns nas comunidades atendidas. A opção por um modelo com reconhecida durabilidade e economia de manutenção busca garantir o uso contínuo sem interrupções e sem necessidade de adaptações futuras.

10.3. A aquisição de um veículo **novo** assegura maior confiabilidade, desempenho e vida útil, além de contribuir para a modernização da frota pública e valorização do patrimônio do município. Com a inclusão do veículo nas rotinas operacionais, a Secretaria de Agricultura poderá ampliar sua capacidade de atendimento, reduzindo a dependência de veículos





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

emprestados por outros setores ou de transportes terceirizados, otimizando o uso dos recursos públicos e melhorando os serviços prestados à população rural.

10.4. Exigências Relacionadas à Garantia e Assistência Técnica

O detalhamento quanto as Exigências Relacionadas à Garantia e Assistência Técnica não será inserido neste Estudo Técnico Preliminar, pois será pormenorizado no Termo de Referência, documento mais apropriado para a consolidação de todas as informações técnicas e operacionais para a futura licitação.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18, §1º, Inciso VIII da Lei nº 14.133/2021)

11.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

11.2. Considerando a natureza da contratação, que se refere à aquisição de 1 (um) veículo automotor tipo pick-up, verificou-se que o parcelamento do objeto não é tecnicamente viável, nem economicamente justificável. Dessa forma, a contratação em lote único se mostra a alternativa mais adequada, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, conforme determina a legislação vigente.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A AQUISIÇÃO (Art. 18, §1º, Inciso IX da Lei nº 14.133/2021)

12.1. A aquisição do veículo automotor tipo pick-up, conforme a solução técnica e o planejamento financeiro apresentados, busca alcançar resultados significativos em termos de economicidade, eficiência logística e melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

12.2. Economicidade:

12.2.1. Redução de Custos Operacionais: A aquisição de um veículo novo reduz a necessidade de manutenções corretivas frequentes, minimizando gastos com peças, mão de obra e tempo de inatividade. A garantia de fábrica cobre eventuais defeitos, proporcionando maior previsibilidade orçamentária e evitando despesas inesperadas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.2.2. Maior Eficiência e Produtividade: O novo veículo permitirá deslocamentos mais rápidos e seguros da equipe técnica da Secretaria de Agricultura, inclusive em áreas de difícil acesso. Isso resultará em maior agilidade no atendimento às demandas do meio rural, otimização de rotas e aumento na qualidade dos serviços prestados aos produtores.

12.2.3. Otimização do Valor de Revenda: Ao final de sua vida útil, o veículo, por ter sido adquirido novo e com manutenção regular, terá um valor de revenda superior em comparação com veículos usados, proporcionando possível retorno financeiro ao município e valorizando o patrimônio público.

12.3. Melhor Aproveitamento de Recursos:

12.3.1. Recursos Humanos: A disponibilidade de um veículo exclusivo para a Secretaria permitirá melhor organização e aproveitamento da equipe técnica, reduzindo o tempo ocioso e aumentando a capacidade de atendimento simultâneo em diversas comunidades rurais.

12.3.2. Recursos Materiais: Com a aquisição de um veículo adequado às condições de uso rural, não haverá necessidade de adaptações ou improvisos logísticos, evitando desgaste prematuro de outros veículos da frota ou uso de transporte inadequado.

12.3.3. Recursos Financeiros: A opção pela compra de um veículo novo, em vez da locação ou da aquisição de veículo usado, elimina custos recorrentes com contratos temporários ou com manutenções frequentes. O investimento inicial é compensado pela durabilidade, previsibilidade e pela economia gerada ao longo do ciclo de vida do bem.

12.4. Em síntese, a solução proposta assegura que os recursos investidos resultem em ganhos concretos para a gestão pública, por meio da ampliação da capacidade operacional da Secretaria de Agricultura, do fortalecimento das ações no campo e da prestação de serviços mais ágeis e eficientes à população rural.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, §1º, Inciso X da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Não se vislumbram providências adicionais a serem adotadas previamente à celebração do contrato, uma vez que a Secretaria de Agricultura já dispõe de equipe técnica capacitada para a gestão e fiscalização contratual, bem como para o recebimento e a operação do veículo a ser adquirido. Adicionalmente, o órgão possui estrutura adequada para o estacionamento e guarda do automóvel, garantindo sua segurança e conservação até a efetiva utilização. Assim, não se faz necessária a adoção de medidas complementares de logística, capacitação ou suporte técnico-operacional neste momento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, Inciso XI da Lei nº 14.133/2021)

14.1. A presente contratação não é dependente de outros contratos a serem celebrados. Trata-se de uma aquisição pontual e autônoma, cujo objeto é um veículo automotor tipo pick-up, que será incorporado diretamente à frota da Secretaria Municipal de Agricultura. O bem a ser adquirido possui plena funcionalidade de forma independente, não havendo necessidade de contratação simultânea de serviços complementares, acessórios ou equipamentos adicionais para sua operação.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, §1º, Inciso XII da Lei nº 14.133/2021)

15.1. A aquisição do veículo automotor tipo pick-up não prevê impactos ambientais significativos. O bem será utilizado em atividades administrativas e operacionais de campo, sem que sua utilização exija obras, intervenções físicas ou alterações ambientais diretas. Ainda assim, a Administração Municipal adotará medidas para garantir a sustentabilidade e a mitigação de eventuais impactos decorrentes de seu uso:

15.1.1. Baixo Consumo de Combustível e Emissão: A escolha do modelo considerou a eficiência energética e o menor consumo de combustível possível, contribuindo para a redução das emissões de gases poluentes e da pegada de carbono das operações da Secretaria.

15.1.2. Manutenção Preventiva: A Secretaria de Agricultura realizará manutenções periódicas conforme orientações do fabricante, garantindo o bom funcionamento do veículo e evitando vazamentos de óleo, fluidos ou outros resíduos que possam causar danos ao meio ambiente.

15.1.3. Descarte Responsável ao Final da Vida Útil: Ao término de sua vida útil, o município se compromete a realizar o descarte do veículo de forma ambientalmente adequada, com encaminhamento a leilão público ou destinação a empresas especializadas, conforme normas vigentes. A medida visa evitar o acúmulo de resíduos sólidos e promover o reaproveitamento de materiais recicláveis.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (Art. 18, §1º, Inciso XIII da Lei nº 14.133/2021)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.1. Em face de todas as análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição de 1 (um) veículo automotor tipo pick-up é plenamente adequada para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

16.2. A solução técnica proposta, baseada na compra de veículo novo e compatível com as demandas operacionais da Secretaria, representa a melhor escolha para o município. Ela não apenas soluciona a necessidade imediata de mobilidade e suporte às atividades rurais, mas também se mostra economicamente vantajosa a médio e longo prazo, reduzindo custos de manutenção e aumentando a eficiência operacional.

16.3. Todas as etapas do planejamento, desde o levantamento de mercado até a análise dos impactos ambientais e das providências administrativas, demonstram que a decisão foi tomada com rigor técnico e financeiro.

16.4. Portanto, a aquisição é a forma mais eficiente e sustentável de fortalecer a gestão agrícola local, cumprindo o interesse público de maneira íntegra e responsável

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1. Declara-se VIÁVEL esta aquisição com base neste Estudo Técnico Preliminar

Elaborado por:

Alex Antônio Miyadi dos Santos Souza

PORTARIA INTERNA Nº 017/2025

Autorizado por:

Edson de Oliveira Batista

Secretário Municipal da Agricultura

Dec. 15.272/GAB/PMB/2025

Rua Barretos, Setor 03, Nº 1651 Buritis/ RO Fone/Fax (69)99971-3461
CNPJ: 01.266.058/0001-44 – CEP:76880-000



- 1. [Página Inicial](#)
- 2. [Novos](#)
- 3. Nova Strada 2025



<https://www.fiatnossaterra.com.br/novos/nova-strada-2025/endurance-cabine-plus-1-3>

Fiat NossaTerra

[Atendimento Vendas](#)

[Atendimento Pós-vendas](#)

[Atendimento Seminovos](#)



Nova Strada 2025

ENDURANCE...

A partir de: **R\$ 111.990,00**[Falar por whatsapp](#)

Fiat NossaTerra

Vendas: (82) 3512-1178**WhatsApp:** (82) 99908-1362**Atendimento Seminovos**

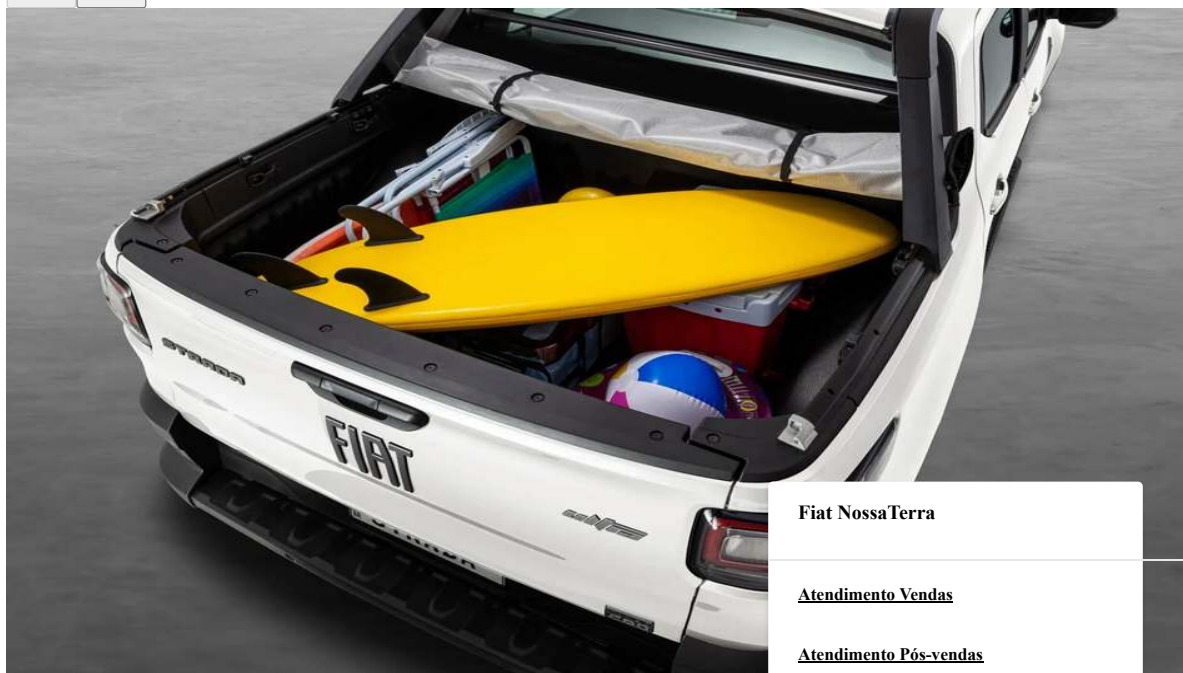
ARRASTE PARA BAIXO PARA CONHECER O NOVA STRADA 2025

Nova Strada 2025

ENDURANCE...

A partir de: **R\$ 111.990,00**[Falar por whatsapp](#)[Eu quero](#)

CONHEÇA O NOVA STRADA 2025 EM CADA DETALHE



Fiat NossaTerra

Atendimento Vendas**Atendimento Pós-vendas****Atendimento Seminovos**



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDSON DE OLIVEIRA BATISTA - SECRETARIO DE AGRICULTURA**, CPF: 861.74.22-7 em 10/11/2025 11:13:03, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11H6.8K13.603A.8046.1156, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ALEX ANTÔNIO MIYADI DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 036.21.22-5 em 10/11/2025 11:05:20, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1121.3Z05.2209.V007.4612, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.588.834** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **ALEX ANTÔNIO MIYADI DOS SANTOS SOUZA**, CPF: 036.21.22-5, em 10/11/2025 - 11:05:20

Código de Autenticidade deste Documento: 11K2.3V05.820W.U66Z.3607



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E
CONTRATAÇÕES

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*. **2-*9 em **20/05/2026 08:38:40**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 08X4.8A38.340H.X20A.3418, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.E54.CDE** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **RONEI EDUARDO DOS SANTOS**, CPF: 002.81*. **2-*5 , em **20/05/2026 - 08:09:30**

Código de Autenticidade deste Documento: 0893.2E09.030Z.9127.8821

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

